

# A FEIRA LIVRE DE CORUMBÁ/MS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

*The street market of Corumbá/MS in the Brazil-Bolivia frontier*

**Anderson Luís do Espírito Santo\***  
**Edgar Aparecido da Costa\*\***  
**Alejandro Gabriel Benedetti\*\*\***

**\*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS / Corumbá, Mato Grosso do Sul**  
anderson\_adm\_@hotmail.com

**\*\*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS / Corumbá, Mato Grosso do Sul**  
edgarac10@gmail.com

**\*\*\*Universidad de Buenos Aires - UBA / Buenos Aires, Argentina**  
alejandrobenedetti@outlook.com

## RESUMO

O propósito deste artigo é discutir a participação dos bolivianos nas feiras livres da cidade de Corumbá-MS na perspectiva de construção histórica da feira. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos, seguida de entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado. Também ocorreram conversas informais com pessoas que residem a bastante tempo na cidade para levantar informações da história das feiras livres, utilizando a técnica do tipo bola de neve. Também foi realizado um censo da feira livre, computando todos os feirantes por barraca (contagem a partir da observação empírica). A partir da organização das informações coletadas é possível afirmar que os bolivianos têm uma participação histórica nas feiras livres da cidade de Corumbá-MS. Contudo, sua atuação como feirante é frequentemente questionada pelo Estado (na figura do governo municipal) a partir das pressões da associação dos comerciantes locais.

**Palavras chave:** Corumbá. Fronteira. Feira livre.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to question the Bolivian's participation at the street market in the town Corumbá-MS by the view of historical construction of this street market. For this, there were realized bibliography surveys and then there were realized interviews using semi-structured instructions. There also occurred informal talks with people that live a long time in the town to raise historical information of the street market, using the "snowball" technique. There also were realized a census of the street market reckoning all the stallholders by market stall (reckoning based on empirical observation). From the organization of the collected information is possible to state that Bolivians have a historical participation at the street market of the town Corumbá-MS. However, it is frequently questioned this situation as stallholder by the State (by the figure of the municipal government) from pressures of local storekeeper associations.

**Keywords:** Corumbá. Frontier. Street Market.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

As feiras livres vêm se concretizando como importante espaço comercial de abastecimento de alimentos das cidades. Além de apoiar o desenvolvimento econômico local, também é palco de encontros sociais e culturais. Nos dizeres de Lima e Sampaio (2009, p.2). "A feira facilita o escoamento da produção familiar, comercializando alimentos com preços reduzidos, valorizando a produção artesanal, promovendo a integração social e preservando hábitos culturais".

Os feirantes possuem intensas jornadas de trabalho. Nas feiras matutinas de cidades interioranas, normalmente as atividades são iniciadas por volta das 4 horas da manhã, preparando o veículo com os equipamentos e produtos a serem comercializados. A montagem das bancas é iniciada em torno das 6 horas da manhã e as vendas em seguida, indo até às 13 horas. Após a feira e a desmontagem das bancas, ainda se necessita articular com os fornecedores (quando o feirante não é o próprio produtor rural), fazer a manutenção e o armazenamento dos produtos.

O arranjo da feira livre é de responsabilidade da Prefeitura Municipal. A Constituição Federal brasileira de 1988 determina em seu capítulo IV, artigo 30, que os assuntos de interesse local (estando, por conseguinte, as feiras livres e o comércio de ambulantes inseridos na organização urbana) são de competência do município. Portanto, são as prefeituras municipais quem autorizam e produzem o ordenamento territorial ao funcionamento das feiras livres.

O ordenamento territorial e a gestão da feira livre são trabalhos complexos, resultantes de relações de poder em duas direções: do poder público com as coletividades dos bairros, pois implica em fechamento de ruas em um período do dia; e entre os feirantes, pela ocupação dos melhores espaços, com envolvimento dos fiscais da prefeitura nesses arranjos. Há, ainda, outros fatores que perpassam o funcionamento das feiras, como: os preços, a higiene, o cadastro dos feirantes, a segurança, os direitos do consumidor e do trabalhador, o trabalho infantil, o estatuto do idoso, a manipulação dos alimentos, a certificação dos alimentos, a legalidade *versus* ilegalidade, a violência, o contrabando, a sonegação de impostos, dentre tantas outras atividades necessárias para o funcionamento das feiras livres.

Quando as feiras livres se localizam em espaços fronteiriços, o ordenamento e gestão territoriais são ainda mais complexificados. Nessas condições geográficas, Costa (2009) alerta para a necessidade de entendimento do território e de suas territorialidades, de suas práticas sociais, econômicas, culturais, da porosidade da fronteira. Na mesma direção, Silva e Oliveira (2008) tratam a fronteira como um espaço de transição, cujas particularidades são multiplicadas, somadas ao caráter internacional, à ligação territorial das áreas urbanas e às relações historicamente construídas entre elas.

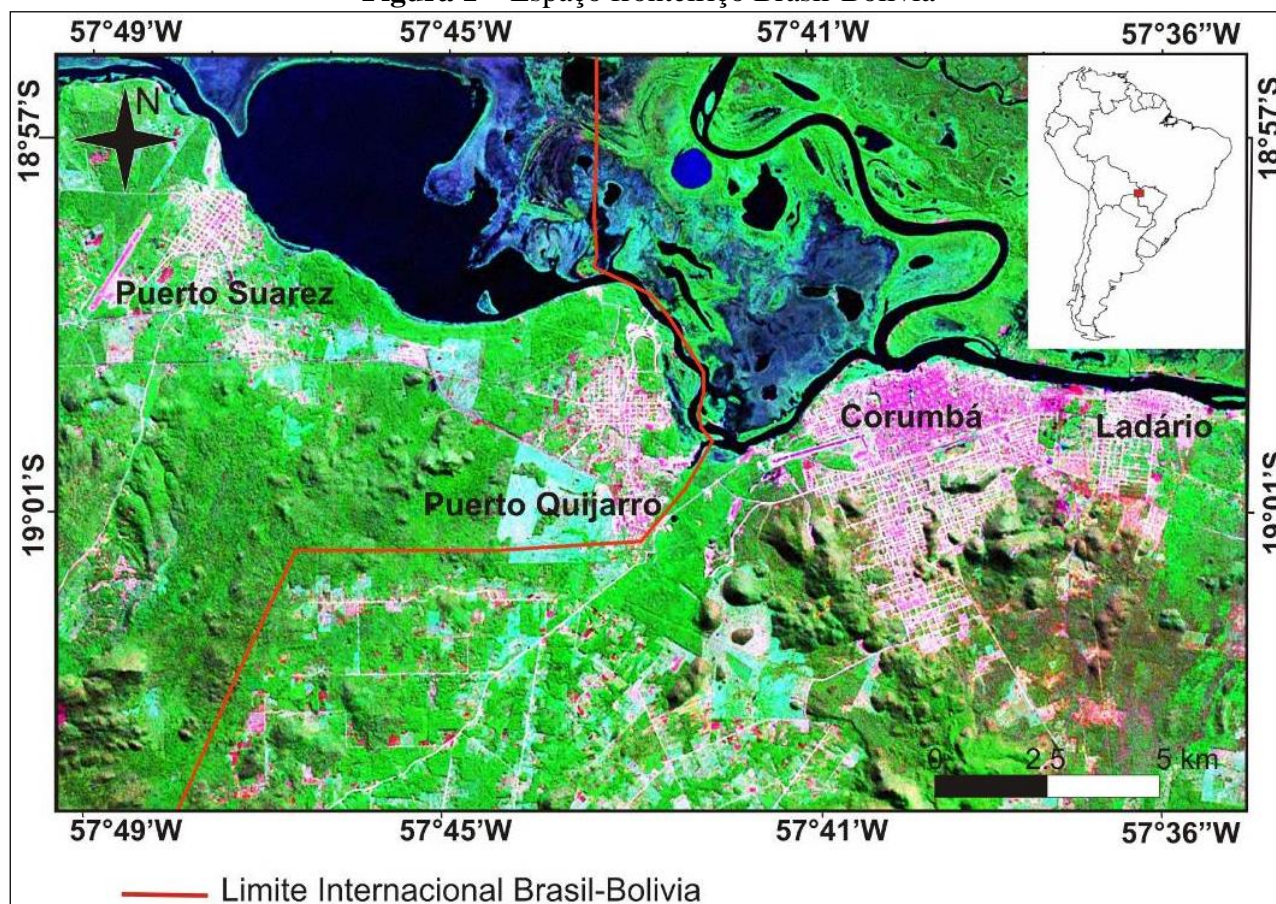
Costa (2013) destaca que a vida nos espaços fronteiriços possui uma dinâmica particular, que em muitos sentidos desafia a ordem nacional e seus mecanismos de controle e vigilância, transcendendo o dogma da soberania. Exemplo disso, a feira livre de domingo na cidade de Corumbá conta com cerca de 60% de feirantes bolivianos. Nesse sentido, o objetivo deste artigo consiste em discutir a participação dos bolivianos nas feiras livres de Corumbá-MS na perspectiva de construção histórica da feira.

Corumbá é um município localizado na porção ocidental do Estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia. É um dos municípios mais antigos do Estado, possuindo contato territorial com Ladário-MS, a Leste, no lado brasileiro e; com Arroyo Concepción (distrito de Puerto Quijarro, da província Germán Busch, departamento de Santa Cruz de La Sierra) a Oeste, no lado boliviano. Apesar de construída em tempos diferentes – Corumbá e Ladário foram criados em 1778, Puerto Suárez, em 1875, Puerto Quijarro nos anos 1950, e Arroyo Concepción nos anos 1970/80 – nessa fronteira existe intenso fluxo de populações e mercadorias diariamente entre suas áreas urbanas que praticamente perfazem um *continuum* territorial (Figura 1). A população estimada, em 2015, nesses territórios fronteiriços é de 160 mil habitantes, sendo que, 100 mil vivem no município de Corumbá.

Apesar de mais de meio século de atuação dos feirantes bolivianos nas feiras livres de Corumbá e Ladário, principalmente em razão da pressão dos comerciantes brasileiros, o poder público local vem discutindo a proibição da participação deles na condição de feirantes. A partir de 2013, com o fechamento da Feira Bras-Bol (abreviação de Brasil - Bolívia), esse risco foi ampliado, pois, guardadas as exceções, são comercializados produtos com características semelhantes. Segundo Costa (2013) tratava-se de um centro comercial com 18 anos de existência que funcionava nas dobras do legal e do ilegal e comercializava peças de vestuário, roupas, calçados, CDs, brinquedos, fraldas,

peças de bicicleta, aparelhos eletrônicos dentre outros produtos, cuja maioria era procedente da China.

**Figura 1** – Espaço fronteiriço Brasil-Bolívia



Fonte: COSTA, 2013, p. 71.

Em conformidade com Costa (2013, p.6), a interdição da feira Bras-Bol faz referência a “fetichização do direito”, alegando ilegalidade comercial e riscos aos trabalhadores, contando com uma conjuntura nacional favorável e ação articulada pela Associação Comercial de Corumbá-MS. O clima de tensão, proibição e desconforto está sendo sentido pelos feirantes bolivianos que atuam em Corumbá, bem como por sua clientela. Especulam-se três possibilidades: a) fechamento da feira livre para voltar a contar com o Mercado Municipal, que só teria produtores rurais locais; b) proibição da participação dos bolivianos na feira, visto que é proibida a entrada no país de produtos de origem animal e vegetal sem procedência certificada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); c) diminuição do tamanho da feira livre de Corumbá, para que os fiscais da prefeitura possam ter mais controle sobre a mesma.

## 2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O artigo foi estruturado com base na pesquisa exploratória, buscando oferecer ampla análise sobre as feiras livres em Corumbá-MS, desde a sua origem até os elementos de seu cotidiano. É possível destacar duas etapas organizativas: levantamentos bibliográficos e trabalho de campo, com a técnica da observação e entrevistas junto aos feirantes.

Os levantamentos bibliográficos focaram em livros, periódicos científicos e jornais, nos quais se buscou notícias sobre a feira livre de Corumbá, desde sua origem. Esse levantamento ocorreu no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campus do Pantanal (CPAN).

Após essa etapa foi realizada uma pesquisa descritiva por meio de um roteiro de entrevistas semiestruturado. A realização da pesquisa nas feiras ocorreu em dois momentos: a) em Corumbá durante três semanas (de 11 a 29 de agosto de 2014); b) em Corumbá e Ladário, durante uma semana (de 14 a 21 de dezembro de 2014), visto que muitos feirantes mencionavam frequentemente a feira de Ladário, pois se dividem entre as duas cidades para participar das feiras.

De um universo de 92 entrevistas com feirantes brasileiros, 20 bolivianos, 70 consumidores e 3 funcionários públicos, foram selecionados, por conveniência para responder o objetivo proposto neste artigo, 10 entrevistas, sendo: 4 feirantes, 2 consumidores, 3 funcionários da Prefeitura Municipal de Corumbá e o presidente da Associação dos Feirantes. Todas as entrevistas ocorreram na feira livre, com liberdade para o entrevistado falar livremente, sendo as respostas imediatamente transpostas para folhas de anotação. Os depoimentos sobre assuntos específicos foram mantidos bem próximos da fala original, corrigindo apenas os tempos verbais e expressões equivocadas da língua portuguesa.

Teve-se a preocupação de manter o sigilo dos entrevistados de modo que serão representados, neste artigo, como E-1 (para o Entrevistado 1; E-2, E-3, e sucessivamente para os demais entrevistados). Também ocorreram conversas informais com pessoas que residem a bastante tempo no município para levantar informações da história das feiras livres. Nesse caso utilizou a técnica da bola de neve<sup>2</sup>, quando uma pessoa indica outra para ser entrevistada ou para a conversa.

Também foi realizado um censo da feira livre, computando todos os feirantes por barraca (contagem a partir da observação empírica). Nos momentos de dúvidas sobre início/fim de uma barraca eram perguntados quantos feirantes estavam ali. Assim chegaram-se aos quantitativos de feirantes por feira, bem como o que comercializam.

### 3 ELEMENTOS PARA ENTENDER A FRONTEIRA E A FEIRA LIVRE DE CORUMBÁ

Com o crescente processo de integração e dependência econômica entre os países, pode-se afirmar que as regiões de fronteira vêm passando por significativas transformações. Segundo Steiman e Machado (2002, p.7), “as medidas tomadas pelos governos centrais têm efeitos diretos nas cidades fronteiriças, que, nos últimos anos, vêm se refuncionalizando”.

Para Costa (2009, p.230), a fronteira ao mesmo tempo em que representa uma área de separação entre nós e os outros, apresenta-se, também, como perspectiva de contato entre povos. Contudo, existem formas diferenciadas para se olhar para a fronteira e, conseqüentemente para as populações que residem nesses ambientes. Nogueira (2007) apresenta três tipologias: a) fronteira controlada, vista pelo Estado e alimentada pelo controle de quem entra e sai – presença militar/segurança no território; b) fronteira percebida, própria da sociedade do interior e motivada pela ideologia do Estado-Nação e; c) fronteira vivida, trabalhada neste artigo, visto que retrata a fronteira com o intenso significado para a sociedade que está na fronteira.

Nessa vivência, o cotidiano se desenrola num verdadeiro espaço fronteiriço. Para Grimson (2003, p. 28) “La principal práctica del espacio fronterizo, el acto mismo de atravesar la frontera, se convierte en un modo de experimentar la alteridad”. A experiência de atravessar as passagens de fronteira, mesmo que frequente, implica numa alteração do cotidiano por intensificar a condição nacional de quem atravessa, além de suscitar a percepção de que se trata de uma experiência diferente e uma ordenação estruturada, que é vivida coletivamente.

A fronteira é o local que permite variados convívios de grupos de migrantes, impulsionados por diferentes motivos, em momentos históricos particulares, com interesses também particulares. É palco de união e crescimento mútuos, mas também, de legalidades e ilegalidades. Para Grimson (2000), nas fronteiras, a tensão entre a legalidade e a ilegalidade são partes construtivas da vida cotidiana. “Las transacciones comerciales entre las poblaciones son consideradas muchas veces como «contrabando» por los Estados mientras es la actividad más natural para la gente del lugar” (GRIMSON, 2000, p.3).

O comércio legal ou ilegal é um dos principais propósitos que incentiva as mobilidades existentes nas regiões fronteiriças, conforme exposto por Benedetti (2011). No caso de uma feira livre localizada numa das bandas da fronteira de um território nacional, considerando essa lógica, seu papel original poderá ser adulterado pelas territorialidades advindas do país vizinho. Originalmente, as feiras livres devem funcionar como um canal de venda no qual os produtores rurais viabilizam a comercialização de sua produção, que de outra forma seria difícil nessa economia de pouca liquidez e concorrência, por vezes, desleal. As cidades de Corumbá e Ladário são possuidoras de elementos que confirmam o desvirtuamento da lógica de criação das feiras livres.

Território e territorialidade são dois conceitos que, nas últimas décadas, tem se tornado foco de diversos estudos a fim de fornecer subsídios para apoiar a compreensão territorial e consequente entendimento da realidade que caracteriza determinada localidade. O território pode ser definido “como um espaço delimitado por e a partir das relações de poder, cujas materialidades são reflexos das imaterialidades e das ações territoriais dos agentes e atores do espaço” (COSTA, 2009, p.62). Quanto à organização e a construção do território, Raffestin (1993) propõe que, de fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. Contudo, o território não é algo unívoco ao Estado Nacional, “o mesmo acontece com a empresa, as organizações, com um indivíduo que constrói uma casa e até com aquele que apenas arruma um apartamento. Somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios” (RAFFESTIN, 1993, p.152).

O território pode ser criado e recriado quantas vezes forem necessárias. Esse processo de construção, desconstrução e reconstrução foi elucidado por Costa (2009, p.63) ao afirmar que “ao mesmo tempo em que é construído, o território é destruído e reconstruído num mesmo movimento, e que esse fenômeno vem sendo chamado de T-D-R (Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização)”.

Na visão de Saquet (2013, p.132) “as relações, processos e estruturas de dominação e apropriação dissolvem fronteiras, declinam o Estado-Nação, promovem os fluxos, a dispersão econômica, política e culturalmente”. O autor ainda exemplifica o fenômeno da T-D-R ao afirmar que o território seria o enraizamento (áreas com fronteiras, Estado-Nação); a desterritorialização seria o rompimento de fronteiras, os deslocamentos e todo movimento que se dá entre os territórios. Já a reterritorialização seria a conquista do novo, de novas identidades. “A reterritorialização é determinada no bojo da desterritorialização [...] o capitalismo não cessa de re-territorializar o que ele desterritorializa em primeira mão” (SAQUET, 2013, p.56).

Portanto, compreende-se que, o processo de T-D-R indica como ocorre o processo de criação de territórios e que estes seriam representados pela territorialização, a sua destruição (nem que seja provisória) pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de reterritorialização. Este é um conceito necessário, pois, como serão apresentadas nos resultados da pesquisa, as feiras livres de Corumbá/MS, historicamente, já passaram pelo efeito da TDR, bem como, continuam passando.

Na pesquisa de campo foi constatado que a maior parte dos produtos comercializados nas feiras livres não é procedente da agricultura familiar corumbaense ou vizinha fronteiriça, e que os assentamentos rurais de Corumbá (oito) e Ladário (um) não conseguem atender a demanda por produtos hortícolas da área urbana local devido a sua baixa produção. As tramas territoriais são extremamente complexas. Os feirantes bolivianos comercializam produtos oriundos de Campo Grande (Brasil), das áreas fronteiriças vizinhas (Puerto Quijarro e Puerto Suárez), de Santa Cruz de La Sierra e de outras localidades da Bolívia, além de outros países, como é o caso das frutas oriundas da Argentina. Esse feirante, cadastrado na Prefeitura Municipal de Corumbá, pagando sua tributação e vendendo produtos comprados de atacadistas brasileiros, está legal do ponto de vista jurídico. O problema é quando os produtos comercializados vêm da Bolívia. A ilegalidade reside no desconhecimento da origem e certificação do produto, por parte do governo brasileiro.

Aos olhos dos bolivianos e dos consumidores brasileiros dos produtos hortícolas da feira livre essa ilegalidade não é reconhecida. É muito comum ouvir dos feirantes bolivianos, quando

indagados se não se acham ilegais pelo fato de comercializar produtos internacionais, a seguinte resposta: “Nós só queremos trabalhar, não estamos fazendo nada de errado”. Como bem advertem Costa e Oliveira (2014, p.210), “o fato de as pessoas não considerarem ilegais algumas práticas não quer dizer que elas não o sejam”. Importa entender como os limites da lei são negociados por parte das pessoas envolvidas nessas diferentes atividades, os chamados esquemas.

O esquema não é visto por Costa e Oliveira (2014, p. 213) como sinônimo de crime organizado ou máfia, mas como algo próprio da “lógica dos negócios capitalistas em que os atores sociais operam como empreendedores”. São articulações para facilitar a comercialização de produtos, sem, necessariamente, laços de amizade, mas de solidariedade. “Isso quer dizer que em muitas ocasiões nem todos os indivíduos integrantes se conhecem, mas todos compartilham de operações secretas, ou de parte do segredo” (COSTA e OLIVEIRA, 2014, p. 214).

Não são apenas brasileiros e bolivianos que atuam como feirantes. São encontrados chilenos e até coreanos, que atravessam a passagem de fronteira para trabalhar na feira livre de Corumbá, todos os dias. A feira é um verdadeiro palco de ilegalidades, mas, ao mesmo tempo, desempenha importante papel econômico, visto que possibilita às famílias corumbaenses encontrarem produtos de boa qualidade a preços satisfatórios, bem como aos agricultores familiares comercializarem sua produção. Além disso, a feira tem um papel sociocultural fundamental na convivência fronteiriça. Trata-se de um ponto de encontro de brasileiros e bolivianos que compartilham a língua, a religiosidade, a alimentação, as vestimentas, as famílias, as tradições, dentre outros.

#### **4 EM BUSCA DA ORIGEM DAS FEIRAS LIVRES NA CIDADE DE CORUMBÁ**

Determinar o período em que surgiram as atividades comerciais é uma tarefa difícil. Santos e Oliveira (2010) afirmam que foi a partir do século XII que ocorreu o renascimento do comércio na Europa, possibilitando o reaparecimento das moedas, dos bancos e de instrumentos de créditos, com transações realizadas em mercados. Braudel (1998, p.459) indica que “todas as cidades têm necessidade de estar enraizadas, de ser alimentadas pela terra e pelas pessoas que as rodeiam”. Assim, o comércio é uma atividade que surge relacionada ao desenvolvimento das cidades. Os mercados podiam ter diversas formas e estruturas.

A origem das feiras livres não é um consenso entre os pesquisadores. Santos e Oliveira (2010, p.2) descrevem que “na Idade Média pela Europa, Oriente Médio e Ásia haviam mercados organizados em espaços fechados, como bazares, ou a céu aberto, como as feiras”. Contudo, Braudel (1998) sinaliza para estudos que afirmam a existência de feiras em 500 a.C. no Oriente Médio. Em outra direção, Melo e Costa (1995) defendem que o surgimento das feiras ocorreu a partir da Idade Média (século XI), relacionadas às festividades religiosas, visto que a palavra “feira” (latim *aequus*) significa “dia santo”, ou feriado. Independente de qual linha histórica seguir, fato é, baseado em Melo e Costa (1995), que as feiras surgiram dos excedentes de produção, a partir do momento em que o homem passou do modo de vida nômade a sedentário.

Para Vieira (1980, p.28), “as feiras livres são consideradas fenômenos econômicos e sociais muito antigos tendo sido consolidadas na Idade Média entre Gregos e Romanos”. Santos e Oliveira (2010) apontam que o Brasil registra atividades em feiras desde o período colonial, especialmente para comercialização de escravos, de gêneros alimentícios, artefatos em geral, tecidos, especiarias e víveres.

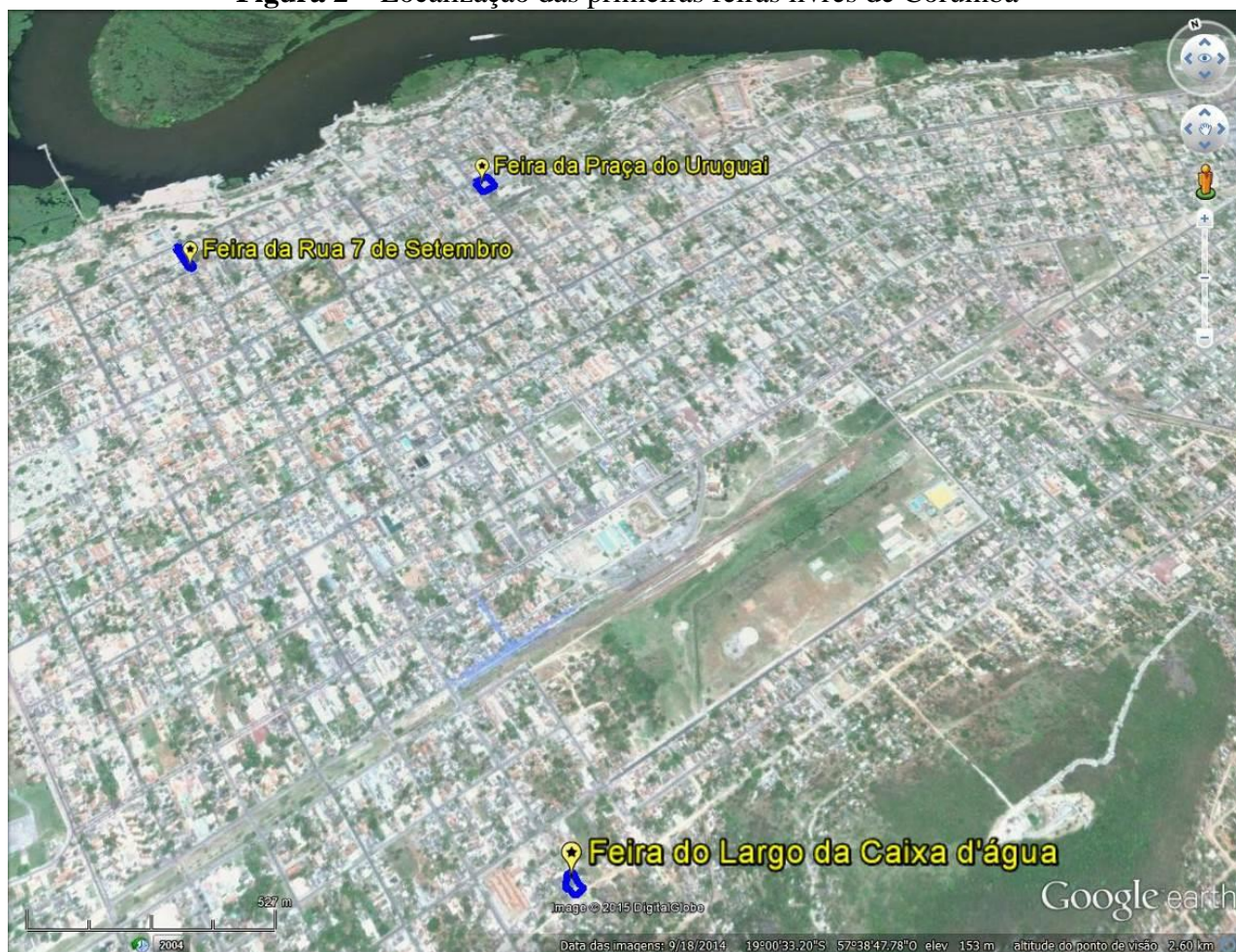
No Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com Santos e Oliveira (2010, p.5), a origem das feiras livres (que se tem registro) remete ao período entre 1924 e 1926 quando “colonos de Terenos levavam, nos fins-de-semana, carroças com produtos plantados para venderem nas feiras livres de Campo Grande”.

Em Corumbá, foi a partir do Projeto-Lei – Ato nº 37 de 12 de junho de 1943 que começou a ser discutida a criação da feira livre. Este projeto previa que a feira fosse realizada na Praça da República. Contudo, somente em 05 de maio de 1952 é que a Câmara Municipal conseguiu consolidar

todas as providências necessárias para a criação da feira, com a aprovação da Lei Municipal nº 058, de 05/5/1952. Não há registros na Câmara Municipal do porque a feira livre, mesmo aprovada em 1952, só iniciou em 03 de maio de 1959. A reportagem do jornal A Tribuna (Edição nº17.731 de 3/5/1960), confirma a primeira feira nessa data e evidencia o êxito e sua aceitação da feira por parte dos moradores locais.

A Lei Municipal nº 058, de 05 de maio de 1952, em seu art. 2º, especifica que a organização e localização da feira deve ser determinada pela Prefeitura Municipal. A mesma edição do jornal, as conversas informais com três antigos moradores do município e com funcionários da Câmara Municipal, confirma que em 1959/1960, a feira acontecia em três pontos da cidade: na Praça Uruguai, no Largo da Caixa d'Água e na rua 7 de setembro, entre as ruas Delamare e Avenida General Rondon (Figura 2). De autoria do vereador Geraldino Martins de Barros, foram nove anos de luta até a Lei ser sancionada pelo Prefeito Municipal Lucílio Medeiros. Os agricultores entendiam “que só com a instituição de uma feira livre poderiam encontrar o local ideal para a distribuição do produto de seus trabalhos a justo preço” (Jornal A Tribuna, nº 17.731).

**Figura 2** – Localização das primeiras feiras livres de Corumbá



**Fonte:** Trabalho de Campo. Google Earth. Image © 2015 DigitalGlobe.

Em acordo com Silva (2003), em 1959, a feira livre de Corumbá contava com 133 feirantes no domingo. Na época, a feira concentrava grande número de pessoas nos dias de funcionamento, tendo em vista a possibilidade para a aquisição de gêneros de primeira necessidade por menor preço. Essa atividade incentivava a produção de verduras, legumes, frutas e outros produtos, favorecendo, ampliando e diversificando oferta à população local.

Com o passar dos anos, o número de feirantes foi aumentando. O jornal A Tribuna (nº 17460,

de 03/6/1959) indica os seguintes fatores que possibilitaram tal crescimento: o avanço tecnológico e industrial do município; o aumento populacional de 38.734, em 1950, para 59.556, no início da década de 1960; a expansão dos bairros; o excedente de mão de obra e o enfraquecimento do comércio devido aos altos impostos e pressão dos fiscais.

A partir da pesquisa nas edições do jornal *A Tribuna* e do trabalho de Silva (2003) é possível compreender que, com o tempo, os feirantes perceberam que apenas algumas pessoas eram privilegiadas com a atividade concentrada. A maioria da população, e mesmo aquela de baixa renda, era obrigada a comprar as mercadorias em lugares mais próximos, por vezes mais cara, quando poderiam ser adquiridas na feira. A mudança da feira para os bairros foi difícil, já que vários comerciantes e representantes locais estavam insatisfeitos com as mudanças por entender que prejudicariam suas atividades. A descentralização da feira livre de Corumbá foi conquistada devido à pressão de presidentes de bairros, fazendo a gestão municipal repensar o ordenamento da feira livre, ampliando para locais que pudessem atender um número maior de pessoas, gerando, assim, mais possibilidades de renda para os feirantes.

Silva (2003) corrobora com a seguinte conclusão: “podemos dizer que a feira livre é uma atividade histórica dentro da cidade de Corumbá/MS, por existir há mais de quatro décadas, fazendo assim, parte do cotidiano da população local” (SILVA, 2003, p.34).

Cabe destacar que poucos estudos retratam, exatamente, a época em que os bolivianos começaram a fazer parte da feira livre de Corumbá. Silva (2003) aponta que, na década de 1950, com o livre acesso dos bolivianos à cidade de Corumbá/MS, foi criada a primeira feirinha boliviana (conhecida como Feira do Boliviano), localizada na Rua Joaquim Murtinho, vindo a fechar em 1990. Após o fechamento dela, aqueles mesmos bolivianos começaram a se infiltrar nas feiras livres da cidade, abertas a qualquer pessoa que quisesse participar. E, assim começaram a competir com os feirantes brasileiros dentro das feiras livres.

Contudo, essa mobilidade facilitada dos bolivianos para Corumbá e vice-versa não aconteceu abruptamente. Ao contrário, partiu de uma história de relacionamentos e de investimentos em infraestruturas. Segundo estudos de Amaral e Oliveira (2010), no final dos anos 1930, durante o governo Vargas, inicia-se o compromisso acordado entre o Brasil e a Bolívia pelo Tratado de Petrópolis (1903), no que tange a vinculação férrea entre Corumbá (Brasil) e Santa Cruz de La Sierra (Bolívia). Os autores ressaltam que até os anos 1970, Corumbá e Puerto Suarez só faziam comunicação através de linha fluvial do canal do Tamengo. A construção da estrada de ferro foi de grande valia para Corumbá e Puerto Suárez. Contudo, a priori, não agilizava a comunicação entre as urbes fronteiriças. Corumbá e Puerto Suárez ainda se mantinham distanciadas. Apenas em 1971, quando iniciativas locais de ambos os lados se empenharam em construir uma estrada que pudesse facilitar a comunicação, é que a distância entre essas áreas urbanas foi superada. Além da estrada de terra, os autores destacam a importância da construção da ponte sobre o arroio (que serve de limite natural entre os países) e o quanto esse empenho deu pujança aos relacionamentos comerciais.

Outra referência valiosa sobre a participação dos bolivianos nas feiras livres de Corumbá foi encontrada durante a entrevista com consumidores da feira. E-1 informou que durante a infância e adolescência morava na rua Joaquim Murtinho onde ocorria a Feira do Boliviano. Em sua narrativa:

O trem chegava terça e quinta e vinha abarrotado de mercadoria [...] muita verdura. A Feira do Boliviano era lotada de gente. Todos carregavam as suas cestas de palha, não tinha sacola, nem carrinho. Essa estrada que leva para a Bolívia ainda não existia [...] a feira formada só por brasileiros, que eu ia, era lá na frente do Mercado [Praça do Uruguai], e lá não tinha bolivianos. Essa Feira do Boliviano, me recordo bem, acabou lá no início de 1990, 1991 (Informação oral).

Essa informação confirma a presença dos bolivianos desde os primórdios da feira, mas também a separação dos feirantes brasileiros. Contudo, isso não inibia a presença dos consumidores.



E-2, que há 50 anos é feirante, conta que já atuou nas feiras livres de Corumbá desde seus primórdios de institucionalização, conforme relato, a seguir:

Sou a feirante mais antiga e a única, aqui, da minha época que ainda atua na feira. O resto, ou não vem mais, como meu marido, ou já morreram [...] Comecei na feira livre lá na Praça do Uruguai. Já tive barraca no antigo Mercado Municipal, porém, o que sempre gostei, foi de ficar perto dos bolivianos. Larguei tudo e eu participei da Feira do Boliviano, junto com meu marido [boliviano]. Lá vendíamos linguiça, mortadela, charque, doce, queijo e muito leite. Quando fecharam, nós também fomos para a feira das ruas. Hoje eu só vendo rapaduras de diversos tipos e queijo. Mas nem produzo. Compro o queijo aqui nos sítios e a rapadura eu trago de Miranda/MS. Eu não posso ficar parada. Venho para me distrair e ocupar meu tempo. Se eu parar, eu morro. E se a prefeitura fechar a feira como tão falando, também morro (Informação oral).

E-3, funcionário da Prefeitura Municipal de Corumbá, deixa evidente que em 1991, quando foi promulgado e entrou em vigor o Código de Posturas do Município, ocorreram modificações na tentativa de implantar um programa de ordenamento territorial. Uma delas foi o fechamento da Feira do Boliviano, com reflexos em outros setores da cidade, conforme descreve:

Essa Feira do Boliviano foi fechada em 1991, devido à pressão dos comerciantes da cidade [...] mas as autoridades locais não atentaram que muitos dos bolivianos acabaram nas feiras livres, tal qual aconteceu agora. Fecharam a feira Bras-Bol e muitos comerciantes da feira Bras-Bol invadiram a feira livre [...] Além de invadirem a feira livre, na época, alguns feirantes tomaram conta das ruas da cidade e da Feira do Camêlo, que acontecia na Praça da República (Informação Oral).

A Praça da República, localizada no centro da cidade de Corumbá/MS, foi o principal ponto de concentração dos camelôs (vendedores ambulantes), no início da década de 1990 e de alguns bolivianos. E-4, funcionário da Prefeitura Municipal de Corumbá, aponta que:

Novas reivindicações, por parte dos comerciantes locais, foram surgindo e os camelôs (brasileiros e bolivianos) foram retirados dali em 1995, quando foi criada a Feira Bras-Bol, cuja proposta inicial, era a comercialização de artesanatos da região do Pantanal e da Bolívia (Informação Oral).

A ação de fechamento da Feira do Boliviano pela Prefeitura Municipal, bem como da Feira Bras-Bol (maio/2013) teve os mesmos efeitos: eles se espalharam pela cidade e adentraram as feiras livres (reterritorialização). Sem um ordenamento territorial eficiente, com clareza de realocação dos comerciantes/feirantes informais sempre haverá efeitos colaterais e novas territorialidades no espaço urbano. Isso porque é próprio do sistema capitalista a (re)elaboração de esquemas de comercialização e o surgimento de novos mercados.

## 5 AS FEIRAS LIVRES EM CORUMBÁ

Conforme Decreto Municipal nº307, de 05 de julho de 2007, estão autorizadas feiras livres todos os dias da semana na cidade de Corumbá (Quadro 1). Espalham-se nos bairros mais populosos e, em todas elas, a maioria dos feirantes é boliviana.

Não se sabe ao certo quantos feirantes atuam nas feiras livres. O número de cadastrados não foi informado pela CAC – Central de Atendimento ao Consumidor (órgão da Prefeitura Municipal de Corumbá responsável pelo cadastro dos feirantes). Segundo o presidente da Associação dos Feirantes, esse número pode chegar facilmente à casa dos 400 feirantes, visto que na feira são encontrados

feirantes cadastrados, sem cadastros, os sazonais e os remanescentes da Feira Bras-Bol. Além disso, esse quantitativo é ampliado por ocasião de festividades tradicionais. Essa constatação empírica é reforçada nas falas de E-5: “mais do que no Natal, na Semana Santa o número de feirantes aumenta de forma impressionante [...] o volume de vendas é tão grande que os produtos vindos de Santa Cruz chegam de avião [no aeroporto de Puerto Suárez] para dar conta do recado”.

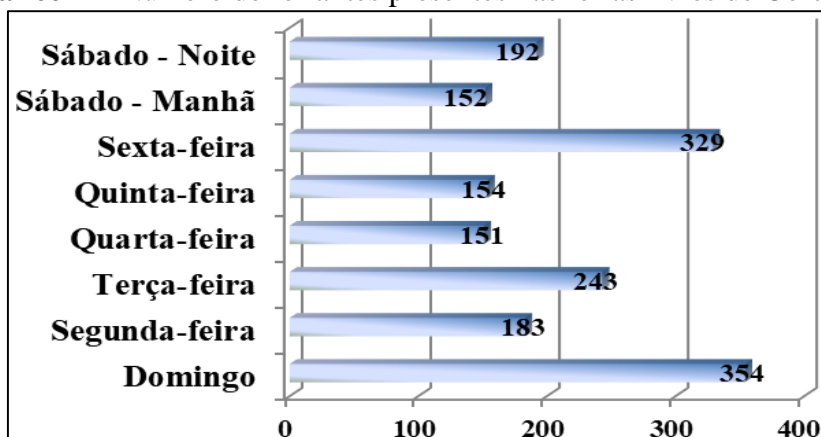
**Quadro 1** – Localização das Feiras Livres de Corumbá

Dias da Semana	Localização
Domingo	Bairro Centro – rua Ladário entre a rua Dom Aquino Correa, rua Tiradentes e rua Delamare.
Segunda	Bairro Cristo Redentor – rua Paraná entre a rua XV e Antônio Maria Coelho.
Terça	Bairro Popular Nova – rua Ciríaco Felix de Toledo entre a rua Dom Pedro II e rua Dom Pedro I.
Quarta	Bairro dom Bosco – rua Cuiabá entre a Ciríaco Felix de Toledo e Jose Fragelli.
Quinta	Bairro Universitário – rua Afonso Pena entre a rua Poconé e rua Eugênio da Cunha.
Sexta	Bairro Aeroporto – avenida Wenceslau de Barros entre a rua XV de novembro e a rua 07 de Setembro.
Sábado	Manhã - Bairro Nova Corumbá – rua Rio Grande do Norte entre a rua Ciríaco Félix de Toledo e a rua Marechal Deodoro.

**Fonte:** Corumbá-Decreto Municipal nº307, de 05 de julho de 2007, adaptado pelos Autores.

Durante a pesquisa de campo, realizada entre os dias 14 a 21 de dezembro de 2014, utilizando a técnica da observação, percebeu-se que o quantitativo de feirantes é bastante variável (gráfico 1). É maior aos domingos e às sextas-feiras e menor nas quartas-feiras, quintas-feiras e nos sábados. Na quarta-feira e no sábado pela manhã, as feiras livres de Corumbá e de Ladário ocorrem concomitantemente. Vale destacar que os feirantes se dividem entre ambas as cidades. Foram contabilizados 151 feirantes em Corumbá e 154 em Ladário na quarta-feira e; 152 em Corumbá e 196 em Ladário, no sábado. Portanto, quantitativos superiores a 300 feirantes nesses dias da semana.

**Gráfico 1** – Número de feirantes presentes nas feiras livres de Corumbá



**Fonte:** Trabalho de campo, dez/2014.

São números superiores aos encontrados no mês de maio de 2013, na feira livre de domingo em pesquisa desenvolvida pelos professores do curso de Ciências Contábeis (UFMS/CPAN - 2013), organizada por Jorge Pinto (2013). O grupo identificou 302 feirantes. Assim, em pouco mais de um ano entre uma pesquisa e outra foi observado um aumento de 52 feirantes (17,21% de crescimento). Nas duas feiras de maior concentração dos feirantes (sexta-feira e domingo), 58,3% são bolivianos. Dos 276 feirantes (dentre os 302 contabilizados) que participaram da pesquisa organizada por Pinto

(2013) foram encontrados 161 bolivianos, 110 brasileiros, 1 argentino, 1 chileno, 1 libanês e 1 marroquino.

Cabe observar que o número de feirantes pode ser bem maior, visto que em uma mesma barraca pode existir mais de um feirante (um cadastrado e outro não), conforme observado na pesquisa de campo. São as chamadas relações de compadre<sup>3</sup>. O feirante cadastrado empresta um pequeno espaço em sua barraca para o compadre vender, sendo possível, pela técnica da observação, estimar um incremento de 20% ao número total de feirantes. Essa relação de compadre foi obtida a partir da observação assistemática e comprovada quando das entrevistas junto aos feirantes que sinalizaram o efeito relatado (cedência do espaço na barraca).

Mas o que se vende nas feiras livres? Originalmente, deveria ser um espaço de comercialização do excedente de produção da agricultura familiar. Silva (2003, p.5) afirma que as feiras são uma relevante atividade que promove o desenvolvimento econômico, social e cultural, “facilitando o escoamento da produção familiar, comercializando alimentos com preços reduzidos, valorizando a produção artesanal, promovendo a integração social e preservando hábitos culturais”. As feiras livres de Corumbá são, além disso, um verdadeiro ponto de encontro da população fronteiriça. Sato (2007, p.97) destaca que “as feiras de diferentes bairros exibirão feições diferentes, pois elas se fazem com características do lugar”. As cores, as formas e as texturas encontradas nas feiras, altamente exploradas pelos feirantes, são um chamariz que ajudam na hora da venda. “Cada banca se apresenta como uma verdadeira e virtuosa vitrine, que deve ser somada a uma boa performance do feirante ao anunciar seus produtos” (SATO, 2007, p.97).

Os agricultores feirantes não veem a presença de comerciantes de outros produtos como um problema. Ao contrário, percebem neles uma razão a mais para atrair pessoas até a feira livre e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de exposição de seus produtos. E-6 confirma essa condição com a seguinte argumentação:

Se fosse só para comprar frutas, legumes e salsinha, vocês não viriam até a feira... comprariam tudo no supermercado que, às vezes, é até mais barato e ainda pagariam com cartão de crédito. As pessoas que vem aqui também querem ver roupas, lanchar, passear, e daí já leva nossa cebolinha, batata (Informação Oral).

E-7, que atua também na feira livre de Ladário, aponta que a Prefeitura deste município tentou concentrar o espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar, fato que foi imediatamente rechaçado pelos feirantes. No seu depoimento ele informa que:

Em Ladário, a prefeitura destinou um espaço de 20m corrido para ficar só os produtores rurais, sem misturar com os outros feirantes. Essa decisão não foi aceita por nós, porque a concorrência seria maior... vendemos os mesmos produtos. O legal é o cliente chegar, ver uma roupa... do lado, ele já compra o melão e assim vai fazendo sua feira, passeando e comprando. Outro motivo para nós não aceitarmos o enfileiramento dos 20m que o prefeito sugeriu é que os clientes já sabem onde fica nossa barraca. Se mudar, ele não vai achar a gente. Tem vez que ele nem lembra da nossa cara e marca a nossa barraca pelo poste, pela casa, arvoredo (Informação Oral).

Essa fala se aproxima dos ensinamentos de Kotler (2000), para quem a ambientação é fator chave para se alcançar as metas organizacionais e que uma boa orientação para as vendas pode ser importante fator de fidelização dos clientes, garantindo seu retorno. Fica evidente que os feirantes defendem que o conjunto de produtos oferecidos nas feiras funciona como um diferencial e o arranjo das bancas (ou barracas) como uma força de venda.

Na feira livre de domingo, dos 354 feirantes encontrados, 96 comercializavam produtos de origem agrícola, enquanto 258 comercializavam outros tipos de produtos, como roupas, brinquedos,

comidas, utensílios domésticos, produtos de secos e molhados, lanches, chips e capas para celular, dvd/cd pirata, ambulantes com bebidas e carnes<sup>4</sup>.

A feira livre de sábado à noite tem outra dinâmica. Dos 192 feirantes, apenas 25 comercializavam produtos agrícolas, contra 167 feirantes que vendiam outros tipos de produtos. São, verdadeiramente, locais de lazer e ponto de encontro. As famílias vão mais para passear/lanchar e fazer compras de roupas do que para adquirir produtos agrícolas. Nesse sentido, E-8 comenta: “Ah, você sabe, né? Corumbá não tem *shopping*... daí eu sempre venho passear aqui na feira de sábado, lanchar”. Outro consumidor faz alusão à mudança de estratégia de consumo após o fechamento da Feira Bras-Bol: “Depois que acabaram com a feira Brasbol eu sempre venho comprar roupas e presentes aqui na feira de sábado à noite. É melhor do que ir lá na Bolívia, que dá mais trabalho” (E-9).

Sato (2007, p. 98) indica que as feiras livres se configuram como uma verdadeira rede de relações sociais. “A rede faz-se do acompanhamento dos acontecimentos por todos e o olhar é um importante sentido”. Baseado em Sato (2007) pode-se dizer que a feira é o local que concentra diversas peculiaridades e, por isso, deve ser compreendida como um lugar contínuo, onde há a presença da negociação, do comércio, da rotatividade de pessoas e de infinitas interesses dentro de um mesmo contexto organizacional. Mas também como território de disputas por clientes e por melhores espaços para oferta de produtos.

As feiras noturnas funcionam como uma verdadeira quermesse, um espaço onde as pessoas podem passear, ouvir música e fazer diversos tipos de lanches. A venda de roupas e brinquedos se sobressai. A quantidade de barracas que vendem frutas, legumes e verduras é irrisória. De 192<sup>1</sup> barracas, 167 comercializavam lanches, roupas, brinquedos e outros tipos de produtos. Apenas 25 barracas comercializavam frutas, legumes e verduras. Dentre os produtos agrícolas comercializados estão: frutas, legumes, verduras; leite, queijo, doces, ovos, remédios naturais<sup>5</sup> e adubos orgânicos.

Percorrendo a feira livre é possível encontrar uma verdadeira polissemia social. Durante toda a semana, diversas ruas são tomadas por inúmeros brasileiros e bolivianos que formam um relacionamento social único. A feira é significativa na vida da cidade, a ponto da Associação dos Feirantes, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), iniciar um processo para tombamento da feira livre de Corumbá, reconhecendo-a como patrimônio histórico e cultural do município (Informação oral – Entrevistado 5). Dada às suas características fronteiriças, a feira livre de Corumbá foi tema do programa Mais Você<sup>6</sup>, exibido no dia 06 de janeiro de 2015, que retratou suas particularidades e seus pratos culinários.

Contudo, nem todos os segmentos sociais estão satisfeitos com a forma e o arranjo das feiras livres, notadamente os comerciantes, representados pela Associação Comercial e Empresarial de Corumbá. Para eles existem irregularidades na comercialização de produtos, especialmente aqueles oferecidos pelos bolivianos. Na mesma direção, a concorrência com os produtos da agricultura familiar dos bolivianos é considerada desleal, face aos custos de produção mais barato naquele país.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a complexidade da vida nas cidades fronteiriças é um verdadeiro desafio. Não se trata apenas de criar um tema, um foco, um único olhar sobre a fronteira. É preciso aprofundar os estudos, conforme indicado por Grimson (2000, p.6): “tener una perspectiva abierta que permitiera detectar y comprender no sólo la multiplicidad y mixtura de identidades, sino también sus distinciones y conflictos”.

As fronteiras são marcadas por complementariedades e, portanto, os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais encontram um lugar desenhado pelas relações historicamente construídas, podendo ser modificadas pelas ações dos agentes territoriais – especialmente pelo Estado.

A partir da organização das informações coletadas é possível afirmar que os bolivianos têm uma participação histórica nas feiras livres de Corumbá-MS. Contudo, sua atuação como feirante é

frequentemente questionada pelo Estado (na figura do governo municipal), especialmente motivada nas pressões da associação dos comerciantes locais. Entretanto, as sucessivas desterritorializações dos feirantes bolivianos são seguidas de reterritorializações a partir da apropriação, por esses, de novos espaços em Corumbá.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo contém partes da dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal intitulada A comercialização de produtos agrícolas em Corumbá-MS: propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e da feira livre.

<sup>2</sup> *Snowball* (Bola de Neve): é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o ponto de saturação) (WHA, 1994, p.34). O ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa.

<sup>3</sup> Popularmente, a palavra *compadre* é usada afetuosamente em relação a amigos, vizinhos, familiares, significando uma pessoa amiga e camarada. Disponível em: <<http://duvidas.dicio.com.br/compadre-ou-cumpadre/>>. Acesso em: 05 jan. de 2015.

<sup>4</sup> Em todas as feiras foram encontrados os mesmos 3 feirantes comercializando carne. Nenhum deles é produtor rural. Eles sinalizaram que compram a carne em sítios e abatedouros do município e revendem na feira.

<sup>5</sup> Remédio natural foi computado como produto agrícola porque, das barracas encontradas, os feirantes eram assentados rurais e os mesmos produziam os remédios, ou colhiam na mata. São conhecidos com mateiros. Nenhum remédio foi comprado de laboratório.

<sup>6</sup> Na Estrada, quadro do programa Mais Você – Rede Globo. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/mais-voce/t/programas/v/conheca-feira-tradicional-do-pantanal-onde-se-encontra-de-tudo/3874343/>>. Acesso em: 07 jan. de 2015.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, M. R.; OLIVEIRA, M. A. M. O preço de ser fronteira e a ação da sociedade fronteiriça. *Anais... II Seminário de Estudos Fronteiriços*. Corumbá: UFMS, 2010. p. 625-636.

BENEDETTI, A. Lugares de Frontera y Movilidades Comerciales em el Sur Sudamericano: Uma aproximación multiescalar. In: COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.M.M. (orgs.). *Fronteira em Foco*. Campo Grande: Ed UFMS, 2011. p.33-55. (Série Fronteiras).

BRAUDEL, F. *Os jogos das trocas*. vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2009.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. **Código de Posturas do Município** (Lei Complementar 004/91). Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/downloads>>. Acesso em: 24 maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto Municipal nº307**, de 05 de julho de 2007 que regulamenta a organização e funcionamento das feiras-livres de Corumbá. Prefeitura Municipal de Corumbá. Arquivo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 058, de 05 de maio de 1952**. Criação da Feira Livre nesta cidade e dá outras providências. Disponível no arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/Arquivo.

\_\_\_\_\_. **Projeto-Lei – Ato nº37 de 12 de junho de 1943**. Criação da Feira Livre nesta cidade e dá outras providências. Disponível no arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/Arquivo.

COSTA, E. A. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In. COSTA, E.A.; OLIVEIRA, M.M.M. (Orgs.). **Seminário de estudos fronteiriços**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 61-78.

\_\_\_\_\_. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, v.2, n.9, p. 65-86, 2013.

COSTA, G. V. L. A Interdição da Feira Bras-Bol, em Corumbá-MS: Considerações sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia. **Anais... II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte: outubro/2013.

\_\_\_\_\_. O muro invisível. A nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 25, n.2, p.141-156, 2013.

COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, Giovanni França. Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): negócios além do legal e do ilegal. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 7, n.2, p.207-332, 2014.

E1 - Entrevistado 1. **Entrevista realizada na feira livre de domingo com um consumidor de 68 anos**. 2014.

E2 - Entrevistado 2. **Entrevista realizada na feira livre de domingo com um feirante de 84 anos**. 2014.

E3 - Entrevistado 3. **Entrevista realizada na feira livre de domingo com um servidor público municipal, de 69 anos**. 2014.

E4 - Entrevistado 4. **Entrevista realizada na feira livre de domingo com um servidor público municipal, de 45 anos**. 2014.

E5 - Entrevistado 5. **Entrevista realizada na feira livre de quarta com o Presidente da Associação dos Feirantes**. 2014.

E6 - Entrevistado 6. **Entrevista realizada na feira livre de domingo com uma feirante de 35 anos**. 2014.

E7 - Entrevistado 7. **Entrevista realizada na feira livre de domingo com um feirante e produtor rural de 35 anos**. 2014.

E8 - Entrevistado 8. **Entrevista realizada na feira livre de sábado com um consumidor de 28 anos.** 2014.

E9 - Entrevistado 9. **Entrevista realizada na feira livre de sábado com um consumidor de 25 anos.** 2014.

E10 - Entrevistado 10. **Entrevista realizada na feira livre de quarta com um funcionário da Prefeitura Municipal de Corumbá de 42 anos.** 2014.

GRIMSON, A. **La Nación en sus límites: Colonia, provincia y nación.** Barcelona: Editora Gedisa, S.A., 2003.

\_\_\_\_\_. **Pensar fronteras desde las fronteras.** Nueva Sociedad, n° 170. Universidad de Buenos Aires. Noviembre-Diciembre, 2000.

JORNAL A TRIBUNA. **Feira-livre de Corumbá comemora 1 ano.** Jornal A Tribuna, n° 17.731 de 3 de maio de 1960. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica e de Estudos Regionais – UFMS/CPAN.

\_\_\_\_\_. **O crescimento de Corumbá.** Jornal A Tribuna n° 17460, de 03 de junho de 1959. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica e de Estudos Regionais – UFMS/CPAN.

KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000.

LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. Aspectos da formação espacial da feira livre de Abaiara – Ceará: relações de troca. **Anais... XIX Encontro Nacional de Geografia Humana.** São Paulo, 2009.

MELLO, L. I. A. e COSTA, L. C. A. **História Moderna e Contemporânea.** 5ª ed. São Paulo, Editora Scipione, 1995.

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteira: espaço de referência identitária. **Ateliê geográfico.** Goiânia. v.1, n.2, p. 27-47, 2007.

PINTO, J. S. (Org.) **Os Aspectos peculiares que caracterizam a feira livre da cidade de Corumbá-MS.** Disponível em: <[www.admpg.com.br/2013/down.php?id=288&q=1](http://www.admpg.com.br/2013/down.php?id=288&q=1)>. Acesso em: 27 jul. de 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, R. C. O.; OLIVEIRA, M. A. M. **Trabalhadores Bolivianos em Feiras Livres na Cidade de Corumbá, MS.** Campo Grande: UFMS/PROPP, 2010. Relatório final de PIBIC (Iniciação Científica).

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicol. Soc.** [online]. vol.19, n.esp. 2007, p. 95-102.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** 3ªed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, C. B. **Economia informal em Corumbá/MS**: a chamada “Feirinha Boliviana” e pequenos comerciantes ambulantes – realidade e cotidiano. UFMS/CPAN, 2003. Monografia de Graduação. 120p.

SILVA, R. M.; OLIVEIRA T. C. M. O mérito das cidades-gêmeas nos espaços fronteiriços. **Revista Oidles**, v. 2, nº 5, p.1. Dezembro 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/05/msmo.htm>>. Acesso em: 23 de jul. 2014.

STEIMAN, R; MACHADO, L. **Limites e fronteiras internacionais**: uma discussão histórico-geográfica. Rio de Janeiro: Grupo Retis, 2002. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras>. Acesso em: 17 de jun. 2014.

VIEIRA, M. S. de A. **Feira**: espaço de liberdade ou de ilusões? Fortaleza: UFC, 1980.

WHA - WORLD HEALTH ASSOCIATION. Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes. Geneva, 1994.

**Data de submissão:** 08.06.2015

**Data de aceite:** 17.11.2017

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.